

GASTOS PÚBLICOS

Recursos que eram destinados ao ensino fundamental são remanejados para manutenção de áreas urbanizadas e pagamento de serviço terceirizado

DF - Educação

Escolas perdem 20 milhões

de Marcelo Rocha

Da equipe do Correio

A Câmara Legislativa aprovou, em sessão extraordinária, projeto de lei do Governo do Distrito Federal que retira mais R\$ 20,6 milhões da Educação, destinados ao ensino fundamental, para pagar manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas, atividades de limpeza pública e cobrir despesas com serviços administrativos da Companhia do Metropolitano do DF. O dinheiro é principalmente para pagar salários dos funcionários dessas áreas que prestam serviço terceirizado ao governo por meio de convênio. A proposta foi aprovada com 14 votos, todos dos deputados distritais da base governista.

Horas antes, do lado de fora, cerca de 2 mil professores da rede pública de ensino, reunidos em assembléia durante a manhã, decidiram continuar com a greve que completa hoje 45 dias. Os trabalhadores resolveram permanecer em frente à Câmara no decorrer do dia para pressionar os parlamentares

na sessão extraordinária que decidiria o destino dos R\$ 20,6 milhões.

O GDF volta a recorrer à fórmula de projetos anteriores que previam a transferência de verbas da Educação. Para manter os gastos com o setor no patamar de 25% da receita total, como determina a Constituição Federal, o governo repõe a parcela transferida com crédito suplementar. Nesse caso, no valor de R\$ 41,3 milhões, como prevê o texto aprovado ontem. Ocorre que essa verba, repassada pela União, seria para cobrir despesas com pessoal. Já a transferida, seria destinada a ações de dinâmica do ensino fundamental.

A bancada de oposição repudiou o projeto. "É cortina de fumaça. A verba compensatória é dinheiro que já vinha sendo repassado pela União. O que está sendo feito agora é apenas um ajuste contábil. Não existe dinheiro novo", defende Rodrigo Rollemberg (PSB). O parlamentar apresentou levantamento no qual indica que, de dois meses para cá, o GDF já alcança a marca de R\$ 62,3 mi-

O QUE RORIZ PROMETEU E NÃO CUMPRIU

■ 28% de reajuste salarial

■ Tíquete alimentação

■ Redução da seguridade social de 11% para 6%

■ Reformulação do plano de carreira

volta da negociação entre governo e trabalhadores pela garantia de quórum na sessão.

A estratégia deu resultado. Edimar Pireneus conseguiu marcar para segunda-feira, às 11h, uma reunião no gabinete do secretário de Governo, Benjamin Roriz, para falar de greve dos professores. Nesse encontro, devem estar também presentes o subsecretário de Assuntos Intersindicais do DF, Vatanábio Brandão, e representantes dos professores em greve, além dos cinco deputados distritais do PT e de cinco peemedebistas da Câmara Legislativa.

Os grevistas reafirmaram a disposição de manter o movimento para tentar quebrar a postura assumida pelo GDF de negociar só depois da volta ao trabalho. "Não podemos recuar sem uma garantia de termos nossas reivindicações atendidas", afirma Flávio Augusto, 26 anos, professor do Centro Educacional nº 1 de Brazlândia. Flávio, assim como outros 200 professores, passou a noite acampado, em vigília, na Câmara.

lhões em recursos próprios retirados da Educação.

CARONA

A pesar de votarem contra, os petistas pegaram carona no projeto de Lei para tentar reabrir as negociações entre professores e Governo do Distrito Federal. Como alguns parlamentares estavam ausentes, os deputados do PT negociaram com o presidente da Casa, Edimar Pireneus (PMDB), a